



A MANIFESTAÇÃO POLÍTICO-ELEITORAL DA CRISE ORGÂNICA BRASILEIRA

Caio Gontijo¹
Brenda Fontana²

Resumo

O impeachment de 2016 foi um momento inequívoco de inflexão no esfacelamento do bloco histórico vigente durante a Nova República. A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 evidenciou os limites desse arranjo político, econômico e social. Partindo do conceito de crise orgânica de Gramsci, analisa-se a derrocada do bloco histórico constituído, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores, o Partido da Social Democracia Brasileira e o Movimento Democrático Brasileiro. A partir dos resultados das eleições proporcionais e majoritárias, federais e estaduais de 2010, 2014 e 2018 verifica-se a manifestação político-eleitoral desse tipo de crise no Brasil.

Palavras-chave

Crise orgânica;
Bloco histórico;
Hegemonia;
Eleições brasileiras.

THE POLITICAL-ELECTORAL MANIFESTATION OF THE BRAZILIAN ORGANIC CRISIS

Abstract

The 2016 impeachment was an unmistakable turning point in the disruption of the prevailing historic bloc of the Nova República. The election of Jair Bolsonaro in 2018 highlighted the limits of this political, economic and social arrangement. Based on Gramsci's concept of organic crisis, the collapse of the historic bloc, mainly composed of the Partido dos Trabalhadores, the Partido da Social Democracia Brasileira and the Movimento Democrático Brasileiro, is analyzed. From the results of the proportional and majority, federal and state elections of 2010, 2014 and 2018, the political-electoral manifestation of this type of crisis in Brazil can be asserted.

Keywords

Organic crisis;
Historic bloc;
Hegemony;
Brazilian elections.

Introdução

Sem que soubéssemos exatamente o quê, *algo* ficou evidente no impeachment de Dilma Rousseff, no ano de 2016. Como os fatos sempre se precipitam rapidamente no tempo presente, a sua análise, com o devido distanciamento que permite uma reversão retroativa, pode esclarecer se se tratou de uma mudança, de fato, 'histórica' - e afirmaria que a vitória de uns e derrota de outros foram tão profundas que não se pode atribuí-las aos pequenos fenômenos de conjuntura e manipulações da pequena

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA). E-mail: caiovgontijo@gmail.com

² Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas; mestranda em Sociologia Econômica pela Universidad Nacional de San Martín; pesquisadora do Grupo de Estudos Internacionais do Atlântico Sul da PUC Minas. E-mail: brendaafontana@gmail.com

política; quanto menos resumir seu entendimento às mesmas fórmulas que, na época, funcionavam como palavras de ordem, encerrando a questão no que Gramsci chamou de ‘economismo’ ou, alternativamente, ‘ideologismo’.

Neste artigo, tencionamos perceber, evidenciar e analisar criticamente um *processo*. Não obstante esse processo ache seu momento predominante (*übergreifende Moment*) na produção material e histórica, pretendemos abordá-lo apenas na disputa hegemônica que ocorre no nível político-eleitoral. Tencionamos evidenciar *algo* próximo ao que proeminentes autores nacionais de inspiração gramsciana, à data, criticaram na conjuntura do impeachment de 2016. Em síntese, uma conjuntura de interregno, em cuja crise, para Gramsci, “consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”. (2017, Q3, §34; 3, p. 184).

Antes que melhor delimitemos o conteúdo histórico, concreto e particular desse interregno, reparemos que aquele *algo* estava, sobretudo, ‘morrendo’; e era a súbita piora em seu quadro clínico os mencionados autores notavam. André Singer (2017), afirmou haver uma ‘crise de direção’ lulista, a saber, a direção hegemônica até então, desde 2014 até a conjuntura do impeachment e a explica: “Resumiria o que estou chamando de “direção lulista” na seguinte fórmula que, como toda fórmula, é limitada: redistribuir renda, priorizando os setores mais pobres da sociedade, por meio do fortalecimento do Estado, mas sem confronto com o capital.” (Singer, 2017, p. 48). E conclui: “Por que que a direção lulista foi perdida? Porque no final de 2014 não conseguiu mais realizar o seu programa - paralisou e suspendeu a redução da desigualdade para fazer o ajuste fiscal e aí perdeu o rumo.” (2017, p. 51).

Álvaro Bianchi (2017), defendeu que podíamos “começar afirmando que há uma crise de hegemonia e é isso que caracteriza a política presente” (2017, p. 33), para concluir que a “revolução passiva brasileira já se esgotou, e se esgotou nesta crise econômica e política que estamos vivendo. Se quisermos compreender a situação presente, o conceito de crise orgânica será mais produtivo.” (2017, p. 35). Assim como Giovanni Semeraro (2017) identificou nos protestos de 2013 o início do fim do ciclo político liderado por Lula e o PT, e o relaciona à “crise orgânica”; explica o período lulista como “cesarismo” e alerta à possibilidade de que à crise se siga um novo tipo de cesarismo regressivo. (2017, p. 104).

Para essas análises, um arranjo mais ou menos estável encerrou-se; e havíamos entrado num momento de interregno, em cujo campo se abria à emergência de formas políticas carismáticas, homens providenciais, Césares etc. Tal possibilidade deve ser verificada e, para tal, aprofundamos o argumento em intensidade e evidenciamos a particularidade político-eleitoral dessa mudança. Damos atenção ao nível eleitoral para propor a hipótese de que o momento de interregno teve no ano de 2016 uma inflexão inequívoca. Há uma reconfiguração nacional da correlação de forças político-partidárias: uma derrota de grande dimensão histórica para a maioria das forças tradicionais, obrigadas a negar-se dialeticamente, em tentativa de reconstrução. Isso significou o fim de um bloco histórico em que essas forças vinculadas à “direção lulista” exerciam uma importante liderança moral e intelectual, compartilhando hegemonia junto a outros setores, num arranjo relativamente coeso e vigente desde o início da Nova República.

Estrutura e superestrutura de um bloco histórico e sua crise

Ocorre quase sempre que um movimento “espontâneo” das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes destes golpes de Estado deve-se pôr a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos e, portanto, a torná-los um fator político positivo. (Gramsci, 2017, Q3, § 48; 3, p. 197).

A filosofia de Gramsci não nos deixou regras gerais nem explicações prévias de eventos futuros. A despeito da grande familiaridade entre a nota acima e a vida nacional brasileira desde as Jornadas de Junho de 2013, deve-se reconhecer parcialmente essa naquela (dentre outras coisas, as classes presentes eram dos setores médios: trabalhadores, embora com algum grau de autonomia relativa à imediaticidade de uma crise). A crise, em sentido estritamente econômico, pode ter seu início referenciado em 2014, quando o crescimento do PIB foi de 0,5%. Entre junho e dezembro de 2014, o preço das commodities caiu 29,3%, de acordo com índice do FMI, a inflação seguia crescente³, enquanto a política econômica adotada pelo governo não dava resultados. No mesmo ano, o consumo das famílias, a formação bruta de capital fixo e o volume de exportações⁴ também sofreram contração. Dessa forma, no segundo trimestre de 2014, o ritmo de crescimento econômico entrou em colapso e o PIB permaneceria em queda por onze trimestres⁵, só estabilizando-se no primeiro trimestre de 2017. (Carvalho, 2018; Oreiro, 2017).

Laura Carvalho (2018) nota que elementos desestabilizadores já estavam latentes nos anos anteriores (relativizando um início exato à crise). Em maio de 2011, empresários e trabalhadores industriais já sentiam as consequências do encolhimento do valor adicionado da indústria no PIB, do déficit na balança comercial de manufaturados e da substituição de produtos industriais domésticos por insumos importados. No cenário internacional, o fim da expansão monetária dos EUA, em 2013, significou uma brusca fuga de capitais do Brasil e, portanto, rápida desvalorização cambial, queda no preço das ações e elevação da dívida pública. Os incentivos fiscais, creditícios e monetários realizados pelo governo a partir de 2014 não foram suficientes para reaquecer o consumo das famílias nem o investimento do empresariado, visto que ambos encontravam-se imensamente endividados. (Carvalho, 2018).

Dessa maneira, o aspecto estritamente ‘econômico’ da crise se construiu recíproca e concomitantemente aos aspectos superestruturais: políticos (achaque parlamentar, pautas-bomba e início da abertura do processo de impeachment em 2015), jurídicos (início das investigações da Lava Jato em 2014) e ideológicos (da emergência da assim chamada ‘polarização’ desde a eleição de 2014 e de novos atores e ideologias: novos movimentos em todos os campos políticos etc.). Assim como Gramsci também

³ Em 2013, a inflação medida pelo IPCA fechou em 5,91%, ao passo que em setembro de 2014 era 6,75%. (Carvalho, 2018).

⁴ No ano de 2014, a formação bruta de capital fixa sofreu queda de 4,2% e as exportações de 1,1%. (Carvalho, 2018).

⁵ Entre o terceiro trimestre de 2014 e o terceiro trimestre de 2016, o PIB brasileiro sofreu uma retração de 8,33%. (Oreiro, 2017).

percebe, a crise já estava contida no arranjo entre estrutura e superestrutura que a determinou (muitos já apontavam sua possibilidade sob o conceito de ‘doença holandesa’⁶). Isso significa que “a crise como tal não tem data de início, mas só algumas de suas “manifestações” mais clamorosas, que são identificadas com a crise, de modo errôneo e tendencioso” (2015b, 15, §5; 4, p. 317), e, portanto, “o desenvolvimento do capitalismo foi uma “crise contínua”, se assim se pode dizer, ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e neutralizavam”. (2015b, 15, §5; 4, p. 317).

Os autores gramscianos brasileiros perceberam, àquela altura, uma crise de hegemonia⁷, que Gramsci denomina “crise orgânica”⁸ (por seu maior alcance histórico); isto é, do Estado “em seu conjunto” (2017, Q13, §23; 3, p. 60): o complexo que abrange as burocracias e aparelhos de coerção estatais (a sociedade política, Estado em sentido restrito), e o sistema de acordos consensuais costurados e mantidos no âmbito privado (da sociedade civil, Estado em sentido amplo) do associativismo. Sob fórmula, “seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção.” (Gramsci, 2017, Q6, §88; 3, p. 244).

Seguindo Gramsci, percebemos, hoje, que o arranjo entre estrutura e superestruturas que pressupunha a configuração de Estado até então vigente, também entrou em crise. Assim, cabe-nos, a partir do nível eleitoral, perceber a derrocada de um *bloco histórico*. A cada momento particular, um conjunto de consensos contraditórios (que fundamentam a hegemonia) compõe um bloco histórico como “unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. (Gramsci, 2017, Q13, §10; 3, p. 26-27). Alguns arranjos,

⁶ Doença holandesa é uma falha de mercado que provoca a valorização da taxa de câmbio, inviabilizando empresas nacionais eficientes que utilizam tecnologia no estado da arte mundial. É determinada pela existência de recursos abundantes e baratos que proveem o país com rendas ricardianas em moeda forte, pressionando a taxa de câmbio para baixo. Entre 1950 e 1980, as múltiplas taxas de câmbio, as tarifas de importação e os subsídios para exportação de manufaturados adotados por diferentes governos brasileiros foram capazes de neutralizar a doença holandesa, permitindo um rápido e intenso processo de industrialização. Porém, a partir da metade da década de 1980, a liberalização comercial e financeira (aprofundada por Collor), as políticas de crescimento com poupança externa e âncora cambial de FHC e a manutenção de altas taxas de juros pelos governos Lula e Dilma contribuíram para o fim da neutralização da doença holandesa e a sobreapreciação do real. Em consequência disso, as taxas de lucro e investimento foram comprimidas, afetando negativamente a indústria nacional. (Bresser-Pereira, 2010; Bresser-Pereira et al, 2016).

⁷ Pode-se dizer que Gramsci insiste em hegemonia no sentido de capacidade de direção (consensual), diferentemente de simples domínio (coercitivo) (embora, minoritariamente, Gramsci eventualmente oscile entre este uso e um mais amplo e compreensivo, ‘direção mais domínio’). Carlos Nelson Coutinho encerra a questão: “[...] no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma *ditadura*, ou, mais precisamente, uma *dominação* mediante a coerção.” (Coutinho, 2014, p. 128).

⁸ Dito simplesmente, por Gramsci: “no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia a dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente.” (2017, 13, §17; 3, p. 36-37).

composições entre as forças sociais em disputa, que compõem um só bloco, perduram pouco mais ou pouco menos na história; isto é, têm alcances temporais determinados e, por isso, são ‘históricos’. Essa unidade de forças sociais e políticas distintas não se conforma e conserva espontaneamente, um bloco histórico pressupõe sua laboriosa construção, que é o resultado de um processo de luta que envolve diversos aparatos privados de hegemonia (todas as formas de associativismo, movimentos sociais etc.). Sua existência resulta da luta por hegemonia e, uma vez obtida, também da própria hegemonia.

Em seu aspecto particularmente partidário-eleitoral, esse bloco histórico fundamentou-se em uma oposição entre PT e PSDB, com a mediação do MDB⁹ e participações localizadas dos coadjuvantes PDT, PSB, DEM e PR. Sobre estes últimos elementos, isto é, a superestrutura política em seu sentido estritamente eleitoral, têm-se um nível de análise onde se percebe quicá mais ‘imediatamente’ o *fim* de um bloco histórico, já que seu impacto é ‘contabilizado’ pelas urnas, como demonstraremos agora.

Três momentos de um processo: As eleições de 2010, 2014 e 2018

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. (Gramsci, 2017, Q13, §23; 3, p. 60).

Em 2010, segundo pesquisa Sensus divulgada pela Confederação Nacional de Transportes (CNT), Lula deixava oito anos de governo obtendo recorde mundial de popularidade com 87% de aprovação. (PIRES, 2010). O sucesso do governo petista era tamanho que o partido foi capaz de eleger Dilma Rousseff, pouco conhecida politicamente e sem experiência prévia em eleições, com 56,04% dos votos. Em pesquisa Ibope do final de 2010, encomendada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), 62% dos entrevistados acreditavam que Dilma realizaria um governo “ótimo ou bom”. (Bonin, 2010).

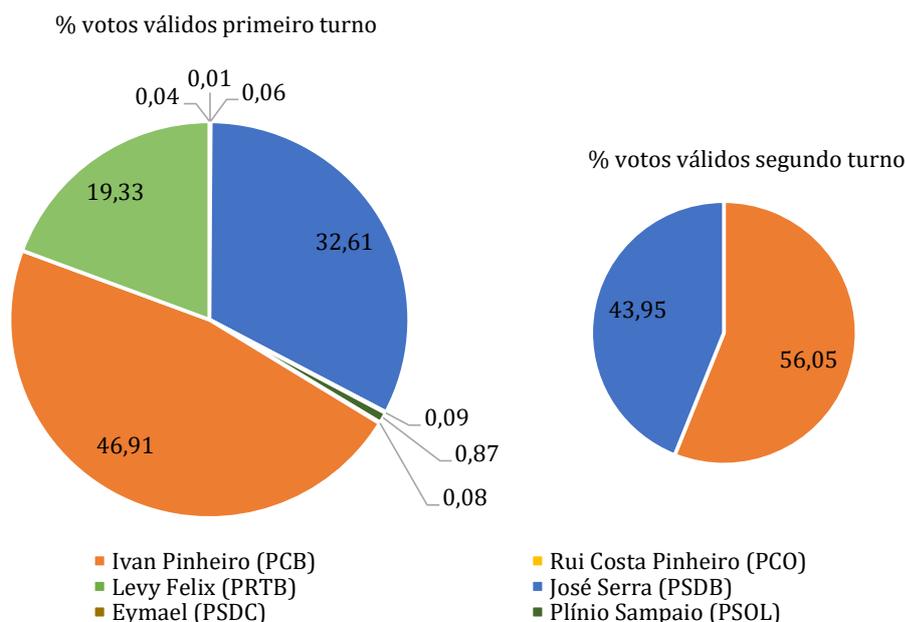
O ano de 2010 foi o momento de maior força do Partido dos Trabalhadores, com a eleição de Dilma Rousseff e da maior bancada do PT na Câmara dos Deputados, porém também parece ter sido o ano em que atingiu seu limite de crescimento. Nos gráficos a seguir, apresentamos o resultado das eleições realizadas em 2010, 2014 e 2018. Por fins organizacionais, apenas os partidos capazes de eleger pelo menos um representante

⁹ André Singer (2018, p. 131-158) defende, a despeito de uma aparente multiplicidade de pequenos partidos sem representatividade, a persistência de um padrão no jogo partidário-eleitoral (no período 1945-1964 tal qual o período de 1989-2014), constituído, essencialmente, de três partidos. Na maior parte do tempo, trata-se de um ‘bipartidarismo’ prático entre, grosso modo, direita e esquerda, no entanto (e nisto consiste a particularidade brasileira), mediado por um terceiro forte partido ‘do interior’, em que prevalecem relações de clientela. Os antigos PTB contra a UDN, mediados pelo PSD, assim como os modernos PT contra o PSDB mediados pelo MDB - ainda que a relação possa ser demasiadamente generosa para com o PT, dada a profundidade da agenda de reformas e mudanças estruturais na relação Estado-sociedade que o PTB tencionava e verdadeiramente exerceu.

para deputado federal, deputado estadual e governador serão considerados. No que concerne às eleições presidenciais, todos os partidos com candidatos estão representados no primeiro turno. Para garantir uma maior capacidade de comparação e análise, excetuamos os resultados para o Senado, pois há uma variação do número de senadores eleitos em cada eleição (alterna-se o voto entre um senador e dois senadores a cada quatro anos).

No que concerne à eleição para presidente de 2010, é interessante notar que não apenas havia menos candidatos que em 2018, mas também que a vitória de Dilma Rousseff (PT) sobre José Serra (PSDB) foi alcançada com doze pontos percentuais a mais (ver Gráfico 1). Nas eleições seguintes, o Partido dos Trabalhadores não conseguiria manter essa folga, tendo vencido Aécio Neves (PSDB) com apenas três pontos de diferença em 2014 e perdido as eleições em 2018 (ver Gráficos 2 e 3).

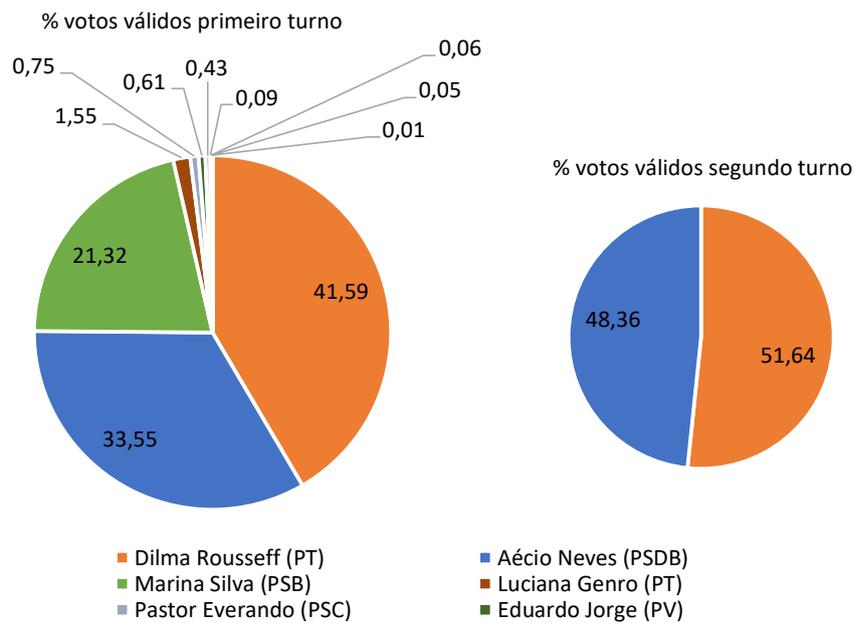
Gráfico 1 - Resultado do primeiro e do segundo turno da eleição presidencial de 2010



Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

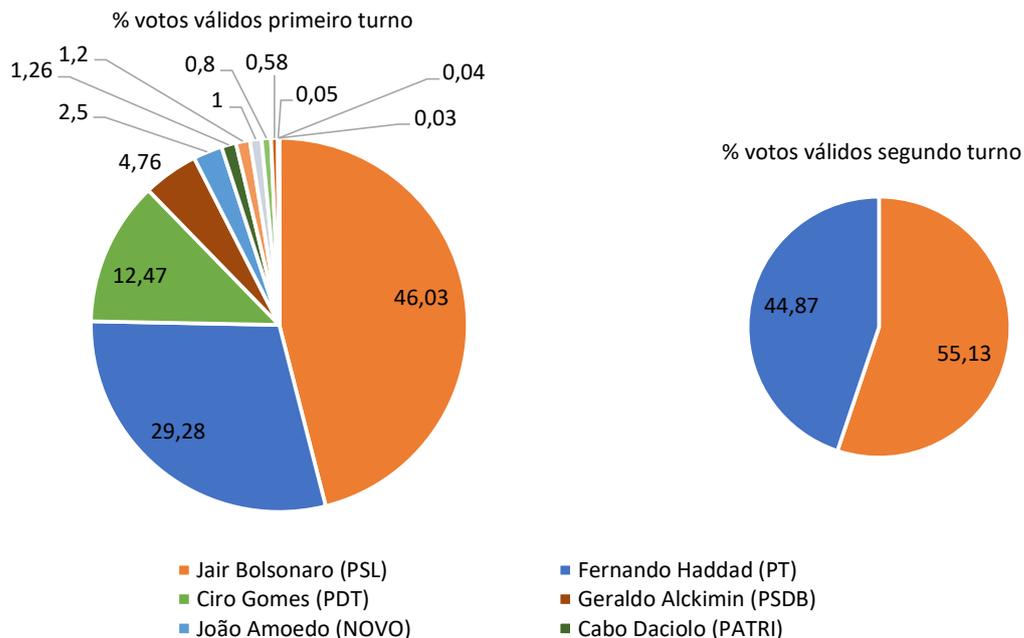
Em 2014 a vitória petista foi apertada e em 2018 sua derrota foi inevitável. Nesse ano, não apenas o petista Fernando Haddad (PT) perdeu para Jair Bolsonaro (PSL) no segundo turno, como teve um pior desempenho no primeiro turno que José Serra e Aécio Neves obtiveram em 2010 e 2014. Isso porque, enquanto no primeiro turno Haddad conquistou 29,29% dos votos válidos, em 2010 e 2014 o PSDB conseguiu 32,62% e 33,55% dos votos, respectivamente. Enquanto em 2018 houve mais candidatos fortes que não passaram ao segundo turno, em 2010 e 2014, Marina Silva, sozinha, teve praticamente a mesma porcentagem de votos que todos eles. O resultado da eleição de 2018 também evidenciou uma diferença regional, uma tendência que já se anunciava na eleição anterior: Bolsonaro venceu em todos os estados do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e do Norte, com exceção do Pará; e Haddad foi capaz de vencer apenas na região Nordeste.

Gráfico 2 - Resultado do primeiro e do segundo turno da eleição presidencial de 2014



Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

Gráfico 3 - Resultado do primeiro e do segundo turno da eleição presidencial de 2018



Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

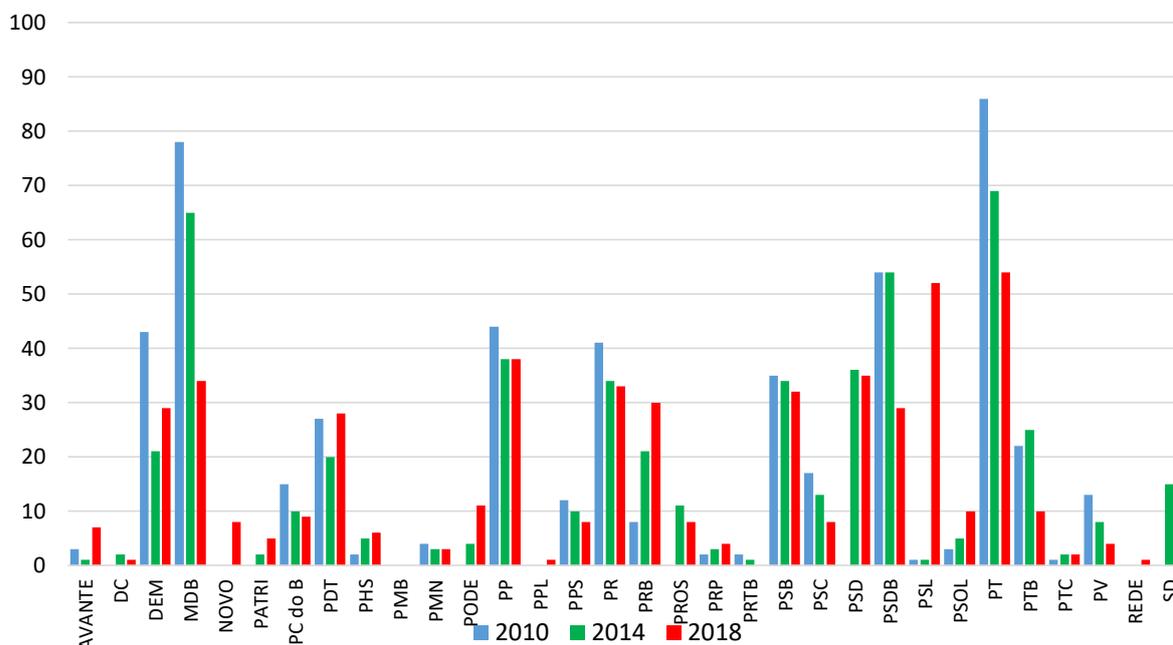
Dentre os sintomas do fim de um bloco histórico, deve-se lembrar que Cabo Daciolo, com 1,26% (1.348.323 votos válidos), ficou em 6º lugar, à frente dos ‘sérios’ políticos com longos currículos como Marina Silva, Henrique Meirelles, Alvaro Dias etc. Como se sabe, Daciolo retirou-se para um monte durante a grande parte da campanha com a finalidade de receber revelações de Deus (que lhe assegurou a Presidência) e de proteger-se dos Illuminati que, como alegava, tramavam assassiná-lo.

Ainda a propósito das eleições de 2018, é verdade que o enfraquecimento do PT ficou patente na disputa presidencial, mas, como demonstraremos com os gráficos a seguir, a liderança petista já começava a se dissolver a partir de 2010, o que se evidenciou nas eleições estaduais e federais, proporcionais e majoritárias de 2014.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados, PT, MDB¹⁰ e PSDB foram os partidos a conquistar mais cadeiras em 2010, com o Partido dos Trabalhadores alcançando a maior bancada de sua história, elegendo 86 deputados federais. MDB passa a ser o segundo maior partido na câmara com 78 cadeiras, seguido pelo PSDB com 54. Nesse pleito DEM, PP e PR elegeram, respectivamente, 43, 44 e 41 deputados e viriam a compor a coalizão governamental entre 2010 e 2014. Porém, em 2014, os partidos que lideravam o bloco histórico da Nova República já apresentavam enfraquecimento, perdendo cadeiras na Câmara dos Deputados (ver Gráfico 4).

Na Câmara Federal, em 2018 em comparação com 2010, o MDB perdeu 44 cadeiras, o PT perdeu 32 e o PSDB perdeu 25 (ver Gráfico 5). O PSL destaca-se ao conquistar 51 cadeiras a mais que nos pleitos anteriores; sua vitória é tamanha que passou a ser a segunda maior bancada no congresso, com apenas dois deputados a menos que o PT. O aumento do número de cadeiras ocupadas pelo PSD, apesar de menos expressivo, é também notável, já que o partido passou a ter mais representação que o MDB e o PSDB.

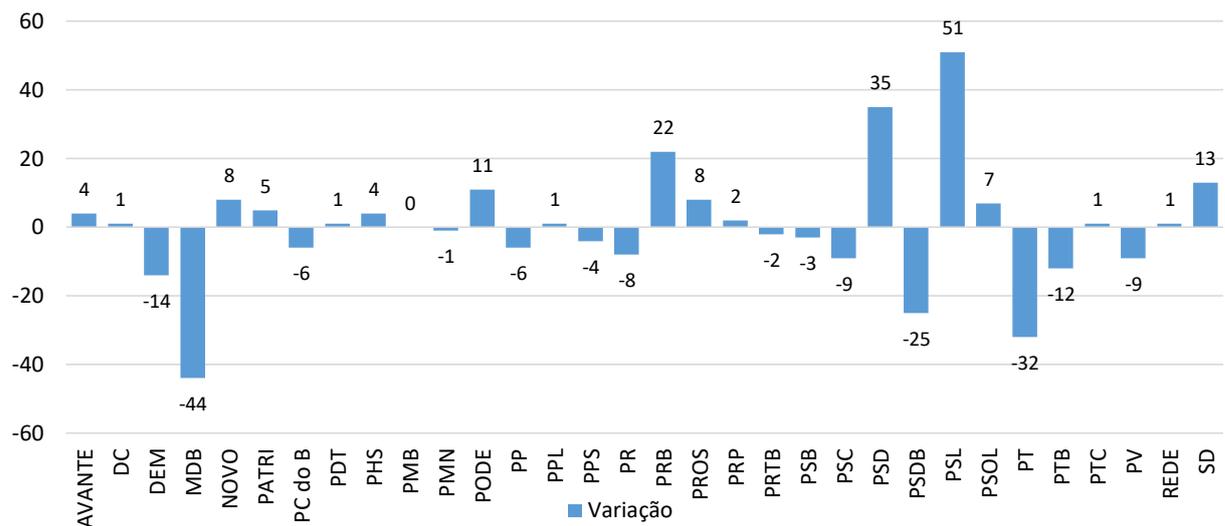
Gráfico 4 - Número de deputados federais eleitos por partido em 2010, 2014 e 2018



Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

¹⁰ Em 2017 e 2018, diversos partidos trocaram de 'nomes', numa malograda tentativa de lançarem-se como 'novos'. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) retomou seu antigo nome Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O Partido Social Democrata Cristão (PSDC) trocou seu nome para Democracia Cristã (DC). O Partido Ecológico Nacional (PEN) trocou seu nome para Patriota (PATRI). O Partido Progressista (PP) trocou seu nome para Progressistas, mantendo a sigla PP. O Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) trocou seu nome para Avante.

Gráfico 5 - Variação no número de deputados federais eleitos por partido em 2018 em comparação com 2010



Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

O crescimento estrondoso do PSL na Câmara dos Deputados, em 2018, se deve primordialmente pelo seu desempenho no Sudeste e no Sul. Na região Sudeste, o PSL foi capaz de sair de um deputado eleito para 29, ao passo que no Sul o partido passou a ter representação pela primeira vez, com 10 cadeiras. Em contrapartida, no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, o PSL não foi capaz de eleger mais de cinco deputados (ver Apêndice A).

Já o avanço do PSD, diferentemente do PSL que possui deputados concentrados no Sul e no Sudeste, tem uma distribuição mais igualitária pelo território. Em 2018, o PSD elegeu 6 deputados no Norte, 12 no Nordeste, 2 no Centro-Oeste, 8 no Sudeste e 7 no Sul. O Sul e o Sudeste foram as regiões nas quais PT, PSDB e MDB sofreram grandes perdas como indica a comparação de 2018 com o resultado de 2010: PT perdeu metade de seus deputados no Sul e 37,93% deles no Sudeste; PSDB foi reduzido pela metade nas duas regiões; MDB perdeu 50% da sua bancada no Sudeste e 40% no Sul (ver Apêndice A).

A região Norte foi onde o PT, em termos percentuais, mais perdeu com 55,56% deputados a menos que em 2010. Por outro lado, também foi a região de menor desgaste para o PSDB e onde o PSL conseguiu apenas três cadeiras. Já no Nordeste, o PT conseguiu conter melhor as perdas, sofrendo uma redução de 24%, enquanto no Centro-Oeste o partido foi capaz de manter o mesmo número de deputados federais. (ver Apêndice A).

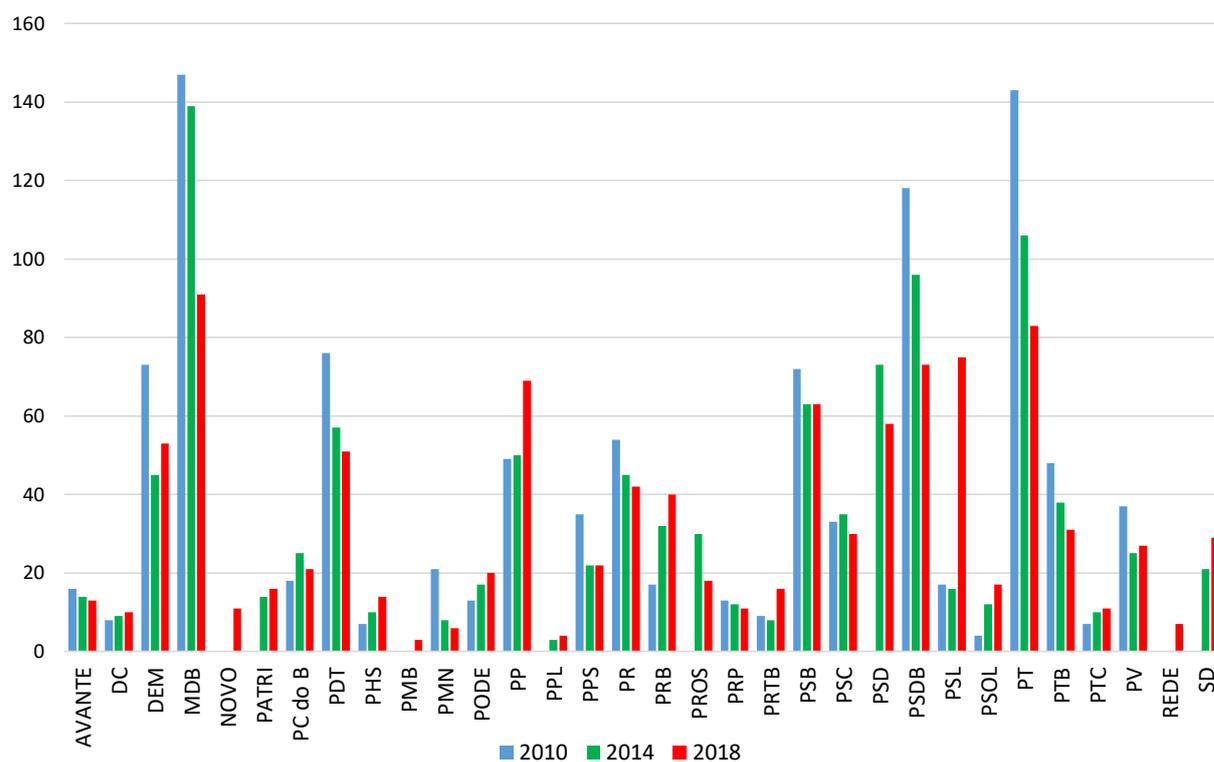
Nesse sentido, o MDB, partido que detona o impeachment e engatilha a crise política que culminaria na eleição de Bolsonaro é também o mais afetado pelo resultado das eleições proporcionais federais de 2018. O MDB perdeu mais de 40% de seus deputados em todas as regiões, chegando a sofrer uma redução de 66,67% no Nordeste e 75% no Centro-Oeste. (ver Apêndice A)

No que concerne ao pleito proporcional estadual, em 2010, PT, MDB e PSDB conseguiram uma expressiva representação nas Assembleias Legislativas estaduais. Apesar de DEM, PDT, PP e PSB terem tido um desempenho menor, ainda assim foram capazes de eleger um número significativo de deputados estaduais. De fato, PT, MDB e

PSDB elegeram, respectivamente, 143, 147 e 118 deputados, enquanto o PDT, conseguiu 76 cadeiras, DEM 73, PSB 72 e PP 69 (ver Gráfico 6).

Enquanto em 2010, PT, PSDB e MDB foram os partidos com maior proeminência nas Assembleias Legislativas, em 2014 já são observados sinais de enfraquecimento. No final deste período de oito anos, as maiores perdas em número de cadeiras seriam sentidas por eles; PT, MDB e PSDB elegeram, respectivamente, 60, 56 e 45 deputados estaduais a menos em 2018 em comparação com 2010 (ver Gráfico 7). Também, relevantemente, DEM e PDT perderam 20 e 25 cadeiras nos legislativos estaduais. Enquanto isso, os partidos com maior capacidade de ganhar eleitores foram PSD (parte explica-se no fenômeno de sua ‘fundação’, em 2011, com influentes dissidentes do DEM e PSDB - o novo PSD, a propósito, tem pouca ou nenhuma identificação com o antigo PSD, das décadas de 1950, e 1960) e bastante mais relevantemente, o até então inexpressivo PSL.

Gráfico 6 - Número de deputados estaduais eleitos por partido em 2010, 2014 e 2018



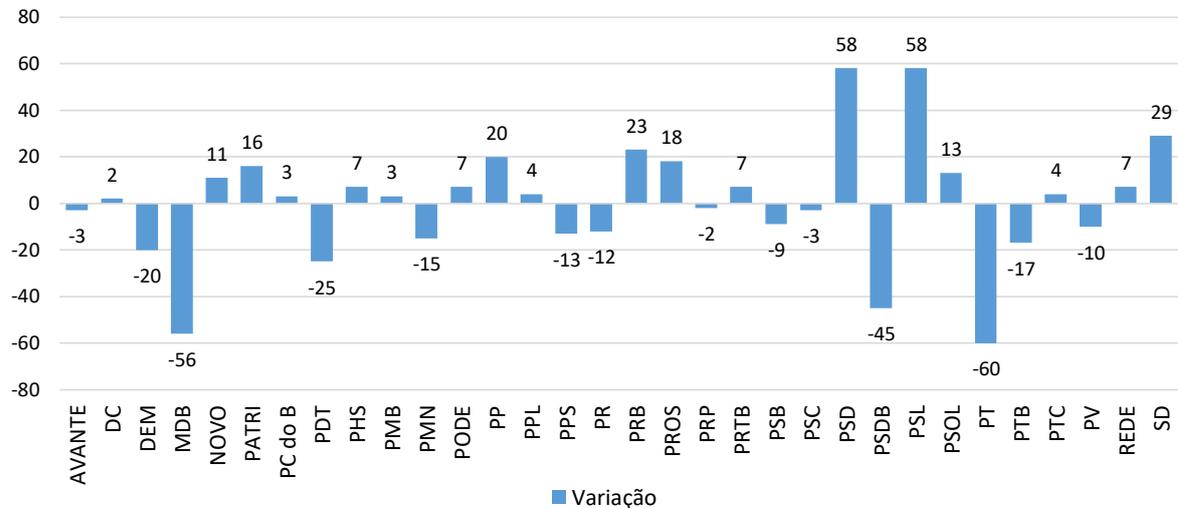
Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

Analisando o desempenho do PSL por região percebemos novamente seu crescimento explosivo no Sul e no Sudeste puxado pela candidatura de Jair Bolsonaro. Dos 75 deputados estaduais eleitos pelo partido, 37 eram da região Sudeste e 18 do Sul, ao passo que 5 foram eleitos no Norte, 9 no Nordeste e 5 no Centro-Oeste. (ver Apêndice B)

Aqui, mais uma vez, o colapso do PT, do MDB e do PSDB no Sudeste e no Sul é evidente: todos os partidos perderam mais de 40% do número de deputados eleitos em 2018 em comparação com 2010. Esse resultado se repete em maior ou menor grau em

todas as regiões, sendo o Nordeste onde o PT sofre menos perdas e o Norte onde chega a reduzir em 50% sua representação. (ver Apêndice B)

Gráfico 7 - Variação no número de deputados estaduais eleitos por partido em 2018 em comparação com 2010



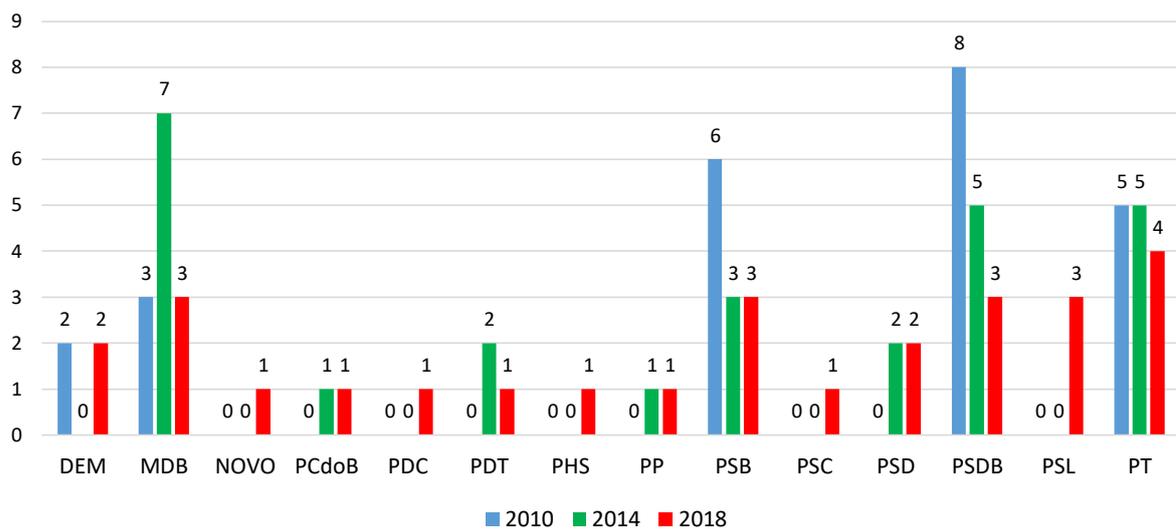
Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

No que se refere às eleições majoritárias estaduais de 2010, seria o PSDB o partido com maior número de governadores, elegendo oito governadores¹¹, mantendo o domínio eleitoral sobre metade dos estados do sudeste. No mesmo ano, o PSB elegeu seis governadores, PT cinco e MDB três (ver Gráfico 8). Apesar do desempenho mais fraco em 2010, em 2014 o MDB emplacaria sete estados, consolidando-se como o partido com maior número de governos estaduais entre 2014 e 2018.

Nos executivos estaduais, o PT conseguiu compensar suas perdas no Distrito Federal, no Norte e no Sul, elegendo quatro governadores no Nordeste. O PSDB, o partido com maior número de governadores em 2010, perdeu o governo de três estados do Norte e um do Nordeste. Já o MDB, que elegeu sete governadores em 2014, elege apenas três governadores na eleição seguinte, não sendo capaz de eleger dois governadores no Centro-Oeste e dois no Sudeste como anteriormente (ver Gráfico 9 e Apêndice C).

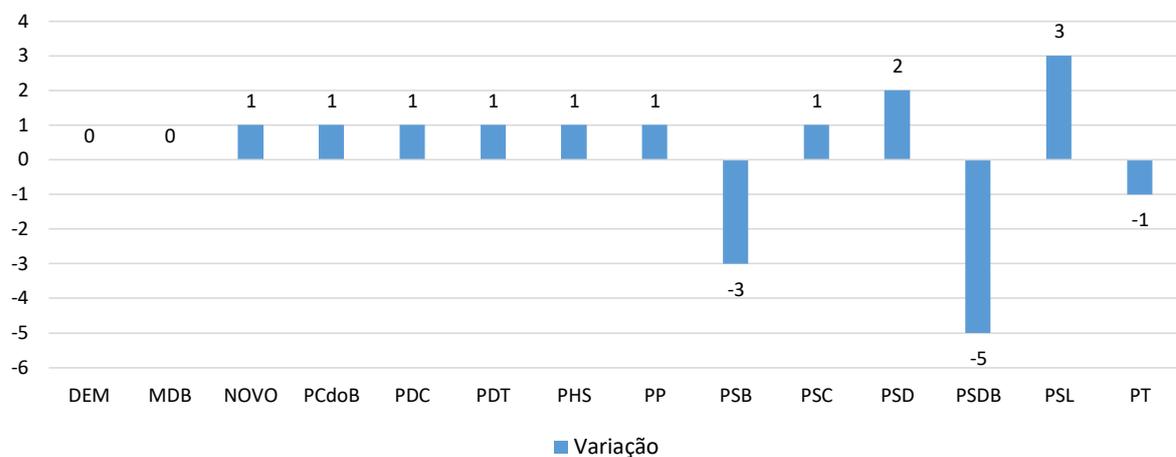
¹¹ Alagoas, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Pará, Paraná, Roraima e Tocantins.

Gráfico 8 - Número de governadores eleitos por partido em 2010, 2014 e 2018



Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

Gráfico 9 - Variação no número de governadores eleitos por partido em 2018 em comparação com 2010



Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

Entre 2010 e 2018 na competição pelos governos estaduais, novamente, PSD e PSL são os mais fortalecidos. O PSL conseguiu eleger dois governadores no Norte e um no Sul, enquanto o PSD elegeu um governador na região Nordeste e outro no Sul (Ver Apêndice C). Vale ressaltar que, em 2018, os governadores eleitos em Minas Gerais¹², Paraná¹³, Rio de Janeiro¹⁴ e São Paulo¹⁵ cresceram rapidamente nas pesquisas, chegando

¹² Romeu Zema declarou seu apoio a Bolsonaro no debate promovido pela Rede Globo dia 2 de outubro de 2018. Horas antes do debate, o representante do NOVO concentrava 10% das intenções de voto, porém, cinco dias depois, o candidato assegurou sua presença no segundo turno com 42,73% dos votos. (Takar, 2018).

¹³ Após votar no primeiro turno, Ratinho Júnior, que já contava com o apoio de Bolsonaro, declarou sua preferência pelo candidato do PSL. Ratinho Júnior, desde o início, foi o preferido nas intenções de voto para o executivo do Paraná. (Gazeta do povo, 2018).

à eleição, após declararem apoio a Jair Bolsonaro - que neste momento concorria pelo PSL. De tal maneira que, para além dos três governadores eleitos pelo PSL, outros quatro candidatos de diferentes siglas partidárias (NOVO, PSC, PSD e PSDB) se beneficiaram fortemente do alinhamento com o candidato presidencial do partido.

Nota-se, portanto, que tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais, seja em nível estadual ou federal, os três principais partidos do bloco hegemônico têm as maiores perdas eleitorais. PT, MDB e PSDB lideravam na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, nos governos estaduais e na Presidência da República; e foram os partidos que mais se deterioraram entre 2010 e 2018. Enquanto isso, o PSL de Bolsonaro, foi capaz de se apresentar como alternativa ao arranjo vigente, crescer muito e rapidamente. Além disso, há aumento do número de partidos com representação no governo dos estados e nos legislativos federal e estaduais, um pequeno crescimento de vários partidos menores do “centrão”, que juntos são consideráveis, o que se soma ao também relevante crescimento do PSD.

Conclusão

Há um elemento ideológico implícito que opera através dos diversos campos político-partidários e que se resume na justificação de uma derrota como debitária apenas a um elemento extrínseco, uma intervenção, ao bom e normal funcionamento de determinada totalidade. Mas o normal não é, como pode parecer, um equilíbrio homeostático tendente à própria manutenção, mas a aparência momentânea de uma totalidade internamente contraditória tendente à sua superação, entendida não-valorativamente. Mas para a análise, diferente do engajamento político direto, esses elementos, ultimamente vinculados à ordem da vontade, devem dar lugar a uma percepção orgânica do processo, o que em nosso caso significa dizer que o bloco histórico até então vigente, morreu.

É razoável que haja, de fato, algumas “intervenções” (o surgimento, por exemplo, do SARS-CoV-2, diferentemente de sua difusão ou contenção), mas a análise de cada um dos níveis eleitorais nos conta a história de um ‘processo’ e, por isso, sua maior profundidade revela o orgânico, além da conjuntura imediata. Não houve a emergência, como diria Gramsci “molecular”, de um só Bolsonaro, que por acaso teria chegado à Presidência. Elegeu-se uma multidão de deputados federais, estaduais e governadores, uma corrente inteira ‘nova’ em relação até mesmo à direita tradicional. Desta forma, atribuída tamanha profundidade e dimensão histórica ao momento, sepulta-se também a tese segundo a qual Bolsonaro seja um simples acidente de conjuntura.

Mas, se bem repararmos, a reformulação da direita por Bolsonaro, limita-se ao âmbito literal da forma, mantendo seu conteúdo intocado. Como no passado, Bolsonaro tem concedido importantes cargos do governo a membros do “centrão” como PP, PSC, Republicanos, PL, PTB, MDB e DEM, que meses atrás condenava por seu envolvimento

¹⁴ Wilson Witzel iniciou a campanha para governador do Rio de Janeiro com apenas um dígito das intenções de votos, porém, após costurar seu apoio à família Bolsonaro e incluir em seu discurso frases como “bandidos com fuzil devem ser abatidos pela polícia”, o candidato foi para o segundo turno com 41% dos votos fluminenses. (Betim, 2018).

¹⁵ No dia 7 de outubro de 2018, logo após o primeiro turno das eleições para governador, João Doria declarou apoio a Jair Bolsonaro. Neste momento, Doria afirmou que derrotaria a esquerda, o PT e a velha política, alinhando-se ao discurso do candidato do PSL. (Paiva, 2018).

com corrupção e presença nos governos petistas - Arthur Lira (PP), Valdemar Costa Neto (PL), Roberto Jefferson (PTB). No âmbito da economia: o ministro Paulo Guedes, tão liberal quanto seu antecessor no governo Temer, o ministro Henrique Meirelles, presidente do Banco Central no governo Lula; ou mesmo tão liberal quanto o ministro antecessor a Meirelles, no governo Dilma Rousseff, o ministro Joaquim Levy, presidente do BNDES no governo Bolsonaro.

A ‘unidade dos distintos’ (bloco histórico) fundada a partir desta base, morreu. Mas se Bolsonaro insiste nela, se segue logicamente que Bolsonaro, enquanto sintoma, desempenhe um papel na defunção daquele bloco histórico apenas como seu fantasma. Ao negar sem negar, como *gattopardo*, Bolsonaro é o que se muda para que tudo continue como está. Da decepção com seu conteúdo, o campo hegemônico começa a se reabrir, tendo a *crise orgânica* não se resolvido, apenas negado a si mesma no campo das formas fantasmagóricas. Há também a possibilidade de que seu governo, mais do que ele mesmo, represente o início de um novo bloco histórico, cujas características se desenvolveram aprofundaram durante pandemia do coronavírus, de uma nova forma de capitalismo ainda mais desapropriadora do trabalhador de suas condições de trabalho, numa contínua e renovada ‘acumulação primitiva’, ao mesmo tempo que lhe provenha o estritamente necessário apenas para sobreviver, a partir da renda do auxílio emergencial, como benefício cesarista “concedido”.

Referências

- BETIM, Felipe (2018). *Witzel, o desconhecido candidato ao Governo que coroa a potência de Bolsonaro no Rio* [online]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538942994_121937.html>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- BIANCHI, Álvaro (2017). “Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo”. *Revista Outubro*, n. 28, p. 27-35.
- BONIN, Robson (2010). *Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope* [online]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2010). “Taxa de câmbio, doença holandesa, e industrialização”. *Cadernos FGV Projetos*, v. 5, n. 14, p. 68-73.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson (2016). *Macroeconomia Desenvolvimentista: Teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil.
- CARVALHO, Laura (2018). *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Editora Todavia SA.
- DE OLIVEIRA, Francisco (2003). *Crítica à razão dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- GAZETA DO POVO (2018). *Ratinho declara apoio a Bolsonaro no 2º turno* [online]. Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/ratinho-declara-apoio-bolsonaro-no-2o-turno>>. Acesso em: 4 jul. 2020.

- GRAMSCI, Antonio (2015a). *Cadernos do cárcere I: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Edição de C. N. Coutinho, M.A. Nogueira e L.S. Henriques, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (2017). *Cadernos do cárcere III: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Edição de C. N. Coutinho, M.A. Nogueira e L.S. Henriques, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (2015b). *Cadernos do cárcere IV: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo*. Edição de C. N. Coutinho, M.A. Nogueira e L.S. Henriques, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OREIRO, José Luis (2017). “A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica”. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 75-88.
- PAIVA, Paula (2018). *Doria declara apoio a Bolsonaro e diz que derrotará ‘esquerda’ em São Paulo* [online]. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/doria-declara-apoio-a-bolsonaro-e-diz-que-derrotara-esquerda-em-sao-paulo.ghtml>>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- PIRES, Carol (2010). *Recorde de aprovação de Lula é mundial, diz CNT/ Sensus* [online]. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,recorde-de-aprovacao-a-lula-e-mundial-diz-cntsensus,659612>>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- SEMERARO, Giovanni (2017). “The Economic-Political Crisis in Brazil: a Reading from Some Reflections of Gramsci”. *International Gramsci Journal*, v. 2, n. 2, p. 89-106.
- SINGER, André (2017). “Crise de direção na conjuntura do impeachment (2015-2016)”. *Revista Outubro*, n. 28.
- TAKAR, Téo (2018). *Zema aproveita onda Bolsonaro, ganha em MG e garante 1º estado para o Novo* [online]. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/28/romeu-zema-novo-bolsonaro-vence-governador-minas-gerais.htm> >. Acesso em 4 jul. 2020.
- TSE (2010). *Estatísticas eleitorais 2010* [online]. TSE. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/candidaturas-votacao-e-resultados/estatisticas>>. Acesso em 2 ago. 2020.
- TSE (2014-2018). *Estatísticas eleitorais 2014-2018*. TSE. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> >. Acesso em: 2 ago. 2020.

APÊNDICE A - Tabela do número de deputados federais eleitos pelos principais partidos por região em 2010, 2014 e 2018 e variação numérica e percentual dos eleitos em 2018 em comparação com 2010

Partido	Norte					Nordeste				
	2010	2014	2018	Varição	Varição %	2010	2014	2018	Varição	Varição %
PT	9	6	4	-5	-55,56%	25	18	19	-6	-24,00%
MDB	12	14	6	-6	-50,00%	24	14	8	-16	-66,67%
PSDB	7	5	6	-1	-14,29%	12	11	6	-6	-50,00%
PSD	0	6	6	6		0	9	12	12	
PSL	0	0	3	3		0	1	5	5	
PDT	4	3	2	-2	-50,00%	7	7	14	7	100,00%
DEM	6	3	5	-1	-16,67%	15	8	7	-8	-53,33%
PR	3	5	5	2	66,67%	12	9	11	-1	-8,33%
PSB	3	4	3	0	0,00%	14	14	13	-1	-7,14%

Partido	Centro-Oeste					Sudeste				
	2010	2014	2018	Varição	Varição %	2010	2014	2018	Varição	Varição %
PT	3	4	3	0	0,00%	29	27	18	-11	-37,93%
MDB	8	5	2	-6	-75,00%	18	17	9	-9	-50,00%
PSDB	5	8	3	-2	-40,00%	24	23	11	-13	-54,17%
PSD	0	2	2	2		0	13	8	8	
PSL	0	0	5	5		1	0	29	28	2800,00%
PDT	1	2	2	1	100,00%	11	5	6	-5	-45,45%
DEM	5	1	3	-2	-40,00%	11	7	11	0	0,00%
PR	4	1	1	-3	-75,00%	19	15	11	-8	-42,11%
PSB	1	3	1	0	0,00%	13	9	10	-3	23,08%

Sul					
Partido	2010	2014	2018	Varição	Varição %
PT	17	13	9	-8	-47,06%
MDB	15	14	9	-6	-40,00%
PSDB	6	6	3	-3	-50,00%
PSD	0	5	7	7	
PSL	0	0	10	10	
PDT	3	3	4	1	33,33%
DEM	6	1	2	-4	-66,67%
PR	1	3	4	3	300,00%
PSB	4	4	5	1	25,00%

Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

APÊNDICE B - Tabela do número de deputados estaduais eleitos pelos principais partidos por região em 2010, 2014 e 2018 e variação numérica e percentual dos eleitos em 2018 em comparação com 2010

Partido	Norte					Nordeste				
	2010	2014	2018	Variação	Variação %	2010	2014	2018	Variação	Variação %
PT	20	16	10	-10	-50,00%	42	28	27	-15	-35,71%
MDB	26	24	20	-6	-23,08%	41	41	26	-15	-36,59%
PSDB	16	14	12	-4	-25,00%	31	18	19	-12	-38,71%
PSD	0	10	7	7		0	25	24	24	
PSL	3	3	5	2	66,67%	8	8	9	1	12,50%
PDT	10	9	6	-4	-40,00%	25	19	27	2	8,00%
DEM	11	7	9	-2	-18,18%	26	18	18	-8	-30,77%
PR	13	7	11	-2	-15,38%	14	11	14	0	0,00%
PSB	10	9	8	-2	-20,00%	43	31	28	-15	-34,88%

Partido	Centro-Oeste					Sudeste				
	2010	2014	2018	Variação	Variação %	2010	2014	2018	Variação	Variação %
PT	9	9	6	-3	-33,33%	45	34	24	-21	-46,67%
MDB	19	14	9	-10	-52,63%	30	34	17	-13	-43,33%
PSDB	12	14	13	1	8,33%	39	35	20	-19	-48,72%
PSD	0	9	4	4		0	16	11	11	
PSL	1	1	6	5	500,00%	4	3	37	33	825,00%
PDT	5	6	3	-2	-40,00%	24	10	7	-17	-70,83%
DEM	5	3	8	3	60,00%	17	12	14	-3	-17,65%
PR	12	9	1	-11	-91,67%	15	15	9	-6	-40,00%
PSB	2	4	3	1	50,00%	11	12	13	2	18,18%

Partido	Sul				
	2010	2014	2018	Variação	Variação %
PT	27	19	16	-11	-40,74%
MDB	31	26	19	-12	-38,71%
PSDB	20	15	9	-11	-55,00%
PSD	0	13	12	12	
PSL	1	1	18	17	1700,00%
PDT	12	13	8	-4	-33,33%
DEM	14	5	4	-10	-71,43%
PR	0	3	7	7	
PSB	6	7	11	5	83,33%

Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.

APÊNDICE C - Tabela do número de governadores eleitos por região 2010, 2014 e 2018 e variação numérica e percentual dos eleitos em 2018 em comparação com 2010

Partido	Norte					Nordeste				
	2010	2014	2018	Variação	Variação %	2010	2014	2018	Variação	Variação %
PT	1	1	0	-1	-100%	2	1	4	2	100%
MDB	1	1	1	0		1	1	1	0	0%
PSDB	3	0	0	-3	-100%	1	1	0	-1	-100%
PSD	0	1	0	0		0	1	1	1	
PSL	0	0	2	2		0	0	0	0	
PDT	0	2	1	1		0	0	0	0	
DEM	0	0	0	0		1	1	0	-1	-100%
PC do B	0	0	0	0		0	0	1	1	
PHS	0	0	1	1		0	0	0	0	
PMN	1	0	0	-1	-100%	0	0	0	0	
PP	0	1	1	1		0	0	0	0	
PROS	0	1	0	0	0%	0	0	0	0	
PSB	1	0	0	-1	-100%	4	2	2	-2	-50%
PSC	0	0	1	1		0	0	0	0	
PTB	0	0	0	0	0%	0	2	0	0	

Partido	Centro-Oeste					Sudeste				
	2010	2014	2018	Variação	Variação %	2010	2014	2018	Variação	Variação %
PT	0	0	0	0		0	1	0	0	
MDB	2	1	0	-2	-100%	2	2	0	-2	-100%
PSDB	1	0	1	0		1	1	1	0	
DEM	0	1	2	2		0	0	0	0	
PR	0	1	0	0		0	0	0	0	
NOVO	0	0	0	0		0	0	1	1	
PSB	0	0	0	0		1	0	1	0	
PSC	0	0	0	0		0	0	1	1	

Sul					
Partido	2010	2014	2018	Variação	Variação %
PT	1	0	0	-1	-100%
MDB	0	1	0	0	
PSDB	1	1	1	0	
PSD	0	0	1	1	
PSL	0	0	1	1	
PDT	0	1	0	0	
DEM	1	0	0	-1	-100%
PR	0	0	0	0	

Fonte: Dados do TSE. Elaboração própria.



Recebido em julho de 2021

Aceito para publicação em outubro de 2021